

A LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITAL EM CRISE: A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Eixo: Marxismo no Século XXI: Adeus à Revolução?

Emanuela Rútila Monteiro Chaves¹
Maria das Dores Mendes Segundo

RESUMO

Esse estudo tem o objetivo de abordar os principais aspectos da crise atual a partir das teses defendidas pelo filósofo húngaro Istvan Mészáros. O referido autor afirma que após um longo período de expansão econômica sem precedentes o capitalismo contemporâneo se deparou com uma crise jamais vista, que acarretou sérias consequências para a própria viabilidade do sistema. Buscando retomar o processo de expansão e acumulação, o capital, por meio das suas personificações, organizou um conjunto de medidas que deu corpo a reestruturação do capital.

Essas medidas não só não solucionaram o problema, como aprofundaram a crise. Na busca para manter a sua hegemonia sobre a totalidade social, o capital utiliza-se de estratégias cada vez mais destrutivas, pondo em perigo até mesmo a existência da vida humana e a sua própria existência enquanto modo de controle sociometabólico.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital, Reestruturação do capital, lógica destrutiva.

ABSTRACT

This study aims to make an approach to the main aspects of the current crisis from theses presented by the Hungarian philosopher Istvan Mészáros. He states that after a long period of economic expansion unprecedented contemporary capitalism has been facing a crisis never seen before, which led to serious consequences for the viability of the system. In search of a recovery, the process of expansion and accumulation of capital, through its personifications, has organized a series of measures to restructure it. These measures were ineffective that the crisis has deepened. In an attempt to maintain its hegemony over the whole society, capital is used increasingly destructive strategies, endangering the existence of human life and its existence as a mode of socio metabolic control.

Keywords: Structural crisis of capital, Capital recovery, Destructive logic.

Nesse artigo temos como objetivo elaborar um breve panorama da crise estrutural do capital a partir de algumas teses defendidas por Istvan Mészáros, procurando ressaltar as suas principais características e consequências derivadas da liberação das suas potencialidades destrutivas sobre o complexo social global. Outrossim, buscaremos contextualizar a nova

¹ Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO- UECE). Curso de Pedagogia. (FAFIDAM-UECE).

configuração do capitalismo avançado, que surge a partir do processo de restauração do capital, tendo o seu início no final da década de 1970.

Tido como um dos pensadores marxistas mais importantes da contemporaneidade, Mészáros, apoiado no legado marxiano e lukácsiano, em seus estudos sobre o controle sociometabólico do capital, defende que a atual crise que o atinge não se caracteriza como cíclica ou conjuntural, decorrente, segundo Marx, da queda tendencial da taxa de juros e da redução da realização da mais-valia. Segundo o autor (2011), o sistema do capital passa por uma crise qualitativamente diferente das anteriores, definida como uma fratura no eixo estrutural da sociedade que afeta as suas três dimensões fundamentais (produção, circulação e consumo), possuindo um alcance verdadeiramente global. Essa crise afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital, não se restringindo apenas ao capitalismo².

Para o filósofo marxista “A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos³” (MÉSZÁROS, 1998). Nessa perspectiva, o germe dessa crise, ou do encontro do capital com seus limites absolutos, estaria, em última instância, contido em suas contradições, agravadas pelo atual estágio capitalista. Essas contradições exigem o uso cada vez mais intensivo de estratégias para deslocá-las temporariamente que até o presente momento operam com significativo sucesso, antes de ocorrer o esgotamento da sua efetividade.

As contradições que entravam a estrutura da mercadoria são operantes desde a sua fase mais inicial, uma vez que o capital só pode atuar efetivamente se impuser a legitimidade dos antagonismos que constituem a base da sua operabilidade, como ao mesmo tempo,

2 Como bem evidencia Ricardo Antunes na apresentação da obra *Para Além do Capital*, Mészáros afirma, com base no legado marxiano, que capital e capitalismo são elementos distintos. O capitalismo é uma das formas sociais possíveis de expressão do capital, podendo este continuar a exercer o seu domínio mesmo com a superação do capitalismo, como ocorreu nas experiências pós-capitalistas da URSS e demais países do Leste Europeu. Nessas experiências a divisão social hierárquica do trabalho continuou a existir e a extração do sobretabalho ou do trabalho excedente se deu de forma política e não econômica como ocorre no capitalismo, demonstrando que o controle sociometabólico do capital não foi de forma alguma superado. Os elementos que compõem a operacionalidade do capital, como a produção inicial e esporádica de mercadorias e o capital monetário e mercantil, existiam há milhares de anos, mas não eram práticas dominantes por estarem subordinadas aos modos de controle do metabolismo social predominantes em determinado período da história. Só se tornam hegemônicas com a consolidação do capital como complexo social universal sob a forma capitalista burguesa. (MÉSZÁROS, 1998)

3 O filósofo húngaro (2011) explica que a ativação dos limites absolutos do capital, não está separada, mas ao, contrário, tende desde o início a ser inerente a lei do valor, correspondendo a plena maturidade dessa lei, no contexto do encerramento da fase de ascendência histórica do capital. Por outro lado, é possível afirmar, segundo ele, que essa fase de ascendência teve o seu fim decretado porque o sistema do capital atingiu os seus limites absolutos no que se refere a acomodação da lei do valor a seus limites sistêmicos.

conduzi-los a uma espécie de equilíbrio para que seja possível administrá-los. Assim, conforme o autor (2003), o capital se apóia em uma “rede articulada de contradições” que consegue administrar de forma parcial por um período de tempo determinado, mas que não pode superar definitivamente. A raiz dessa rede estaria situada na contradição fundamental entre capital e trabalho.

O capital como complexo social universal em sua forma plenamente desenvolvida é um sistema orgânico com partes fortemente articuladas que se mantêm reciprocamente. Deste modo, para compreender a dinâmica da crise e ir a sua raiz, vislumbrando a possibilidade de superação dessa forma de sociabilidade por outra qualitativamente superior, é necessário, primeiramente, examinar de maneira breve o “círculo vicioso” de autoreprodução ampliada do capital, conforme exposto por Mészáros (2011), que reúne os antagonismos estruturais desse modo de controle sociometabólico.

Uma das características fundamentais derivadas do domínio do capital foi a completa disjunção entre necessidade e produção que acabou por subordinar valor de uso a valor de troca, possibilitando a retirada dos obstáculos que limitavam o dinamismo da produção. Dessa forma, o capital transformou a produção no objetivo da humanidade e a geração de riqueza no objetivo da produção.

Antes que o capital pudesse controlar, de forma eficaz, o sociometabolismo e impor seus imperativos estruturais à humanidade, Mészáros (2011) enfatiza que foi necessário subjugar várias determinações naturais espontâneas, acarretando e tornando permanentes as separações artificiais que compõem o seu modo de funcionamento, de modo a torná-las naturais, ou seja, como derivadas da própria natureza humana. Dentre essas separações está o rompimento entre a existência humana e as condições inorgânicas de sua existência.

Assim, diante do impacto reificante do capital e, paralelamente, ao processo de expropriação dos meios de produção, o significado de propriedade foi brutalmente alterado, afastando-se do seu sentido original, que consistia na relação do trabalhador com as suas condições de produção e reprodução como sendo de sua posse. Com essa modificação, o conceito de propriedade passou a se identificar com a produção e a troca de mercadorias, além de atuar fortemente na garantia da legitimação das práticas de exploração e expropriação, próprias desse modo de controle do metabolismo social. Como aponta Mészáros:

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente

salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. (2011, p. 611, grifos do autor)

Durante o curso histórico de desenvolvimento do capital, a concepção de riqueza, baseada na construção de novos conhecimentos e habilidades através do trabalho como atividade potencializadora, desapareceu completamente, sendo subordinada a uma concepção material, ligada a relações alienadas.

O fato do objetivo da produção ter se tornado a geração de riqueza, pela necessidade proveniente da natureza do próprio capital de se autovalorizar incessantemente, trouxe o domínio do aspecto quantitativo sobre o qualitativo. Apesar da possibilidade da emancipação humana, como defende Marx, está intimamente ligada ao alto desenvolvimento das forças produtivas e a consequente expansão da produção, este desenvolvimento possuiria não só uma dimensão quantitativa, mas também, e principalmente, um viés qualitativo, expresso na expansão das necessidades e no crescimento das condições de sua satisfação. Como o domínio do capital rompe com a relação entre necessidade e produtividade, desconsiderando qualquer medida humana como norte do processo produtivo, acaba por transformar suas potencialidades produtivas em destruição, impossibilitando qualquer controle sobre as tendências destrutivas derivadas da dominação da quantidade pela expansão quantitativa.

A quantificação, que atinge todas as instâncias sociais sob os ditames do capital, traz consequências para o exercício do trabalho vivo, que se torna mecânico e mensurável, desconsiderando a dimensão humana (qualitativa) do trabalhador. Ao mesmo tempo, à medida que o capitalismo atinge o seu estágio mais avançado, trazendo profundas transformações no processo produtivo derivadas da revolução técnica-científica, cresce a utilização dos setores não produtivos e parasitários frente ao trabalhador produtivo. Em outras palavras, diminui-se a utilização do trabalho vivo, elevando absurdamente a composição orgânica do capital, o que

resulta no desemprego estrutural e na crescente precarização, tanto da atividade laborativa como das condições de vida do trabalhador. Embora essa contradição entre trabalho produtivo e não produtivo tenha se manifestado desde os períodos mais remotos do capitalismo, é só no auge do desenvolvimento da produção que ela assume sua forma mais explícita e acabada. A contradição entre trabalho produtivo e não produtivo advém da contradição fundamental entre capital e trabalho e do caráter explorador do processo de trabalho capitalista, que necessita de uma forma de controle adequada para manter a exploração e a subjugação da força de trabalho.

A transformação da atividade humana livre e consciente em uma mercadoria como outra qualquer tornou possível a existência de um controle do capital sobre as jornadas de trabalho, exercido de forma horizontal e vertical, de acordo com os parâmetros da divisão de trabalho capitalista. A dimensão horizontal refere-se à divisão funcional do trabalho, que, por sua vez, é inseparável da dimensão vertical, que corresponde a estrutura de comando do capital, cujo objetivo reside em salvaguardar os interesses ligados a vitalidade do sistema, ou seja, assegurar a extração de mais-valia conjugada a máxima exploração do trabalho.

A ruptura da unidade entre produção e necessidade, de forma mais detalhada, significou uma dupla fratura concretizada por meio da separação dos produtores dos seus instrumentos de produção, impossibilitando qualquer tipo de controle sobre o processo produtivo; e da impossibilidade do produto do processo de trabalho ser um valor de uso destinado a atender a necessidade do seu produtor, o que significa que o produto do trabalho mercantilizado possui valor de uso apenas como veículo do valor de troca, estando o primeiro completamente subordinado ao segundo. Essa dupla ruptura fornece a base material indispensável à operacionalização do capital, pois separa os trabalhadores das condições do exercício do seu trabalho, tornando-os dependentes da venda da sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, como subjugação necessidade e valor de uso a valor de troca, possibilitando a reconstituição da unidade anteriormente rompida por meio da sua sujeição aos imperativos de reprodução do capital. Desse modo, o critério de necessidade, assim como a legitimação do valor de uso e, conseqüentemente, da utilidade, estaria subordinada e corresponderia diretamente aos interesses expansionistas do capital.

A separação dos produtores dos seus meios e materiais de produção não foi a única condição para que o sistema sociometabólico do capital constituísse o seu domínio dinamicamente. Foi imprescindível também suprimir qualquer tipo de controle sobre o

processo de trabalho e sobre a distribuição do produto social. Para adequar a jornada de trabalho à expropriação dos meios de produção, foi necessário um processo de homogeneização, que equivale a fragmentação (divisão do trabalho) e a completa degradação da atividade laborativa humana e do próprio trabalhador, uma vez que ele não detém mais o conhecimento e nem o controle sobre o processo produtivo, contribuindo apenas com uma ínfima parcela do trabalho social total. Segundo Mészáros (2011), a homogeneização completa as características do modo de operar do capital e é conduzida de acordo com parâmetros estritamente econômicos que correspondem às suas determinações materiais, tendo como base a sua expansão ilimitada através da extração de mais-valia do trabalho vivo. A homogeneização das relações distributivas e produtivas sob a supremacia do capital tornou-se uma condição indispensável para a sua existência, pois sem ela esse modo de regulação social não poderia enfrentar as contradições geradas ao longo do seu desenvolvimento.

Atualmente, as contradições do capital vêm se intensificando, exigindo o uso cada vez mais recorrente do mecanismo de deslocamento de forma a garantir a sua reprodução ampliada. Entretanto, esse mecanismo tem atuado com eficácia reduzida e o seu bloqueio representa um obstáculo potencialmente explosivo, já que o capital nunca ofereceu soluções efetivas a nenhuma das suas contradições subjacentes. Muito pelo contrário, cultivou-as, na medida que, devido a sua natureza contraditória, nelas prosperava.

A crise que atingiu o capitalismo no início da década de 1970 é caracterizada por Mészáros (2011) como totalmente diversa das crises cíclicas⁴ estudadas por Marx, inerentes à própria dinâmica do capital. O autor a define como uma crise mais profunda e diferencia o seu modo inédito em quatro aspectos fundamentais: possui um caráter universal, não se limitando a esferas particulares (financeira, comercial, determinados ramos da produção); possui um alcance global, ao invés de se restringir a um conjunto de países; sua escala temporal é extensa, permanente, em lugar de cíclica como as anteriores, e seu desenvolvimento ocorre progressivamente, não excluindo a possibilidade de colapsos no futuro, quando as estratégias de contenção da crise e deslocamento temporário das contradições esgotar a sua efetividade.

Quanto a sua origem, a crise reside dentro da estrutura capitalista e deriva das três dimensões internas fundamentais de autoexpansão do capital (produção, consumo e

4 Com base em Marx, o autor explicita que as crises cíclicas são formas do capital “[...] progredir para além das suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises [...]” (2011, p.795)

circulação/ distribuição/ realização). Todavia, as disfunções de cada uma, levadas em conta individualmente, devem ser diferenciadas da crise que afeta o todo, que consiste no bloqueio das três partes vitais que o compõem.

Ao longo do desenvolvimento histórico do capital essas três dimensões se fortaleceram e se ampliaram, gerando as condições necessárias para a sua reprodução dinâmica em escala crescente. Essa interação forneceu os elementos para a superação das limitações imediatas de cada dimensão, deslocando as contradições e utilizando-as como mola propulsora para o aumento e consolidação do poder de dominação do capital. Entretanto, com a crise estrutural esse mecanismo de reprodução e de deslocamento das contradições exhibe perturbações cada vez mais intensas, pondo o complexo global frente a frente com os seus limites últimos.

De acordo com Mészáros (2011), a crise estrutural do capital afeta a totalidade do complexo social (e não somente a esfera econômica), desde as suas relações com as suas partes constituintes a outros complexos com os quais mantenha relação. Por sua vez, uma crise não estrutural atinge somente algumas de suas partes, e independente do grau de severidade, não coloca em risco a sobrevivência da estrutura global. Nessa direção, as contradições só podem ser deslocadas enquanto a crise for parcial, exigindo apenas mudanças no interior do próprio sistema, já que uma crise estrutural coloca a necessidade de superação do complexo global existente e a sua substituição por um complexo global alternativo, ou seja, outra forma de sociabilidade⁵.

A eclosão da crise na década de 1970, mais precisamente (1973- 1974), acarretou um esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista e de sua base estatal keynesiana, que nos anos anteriores trouxe altas taxas de crescimento econômico, sem, contudo, eliminar as crises cíclicas, o que fez com que alguns historiadores denominassem esse período de “anos dourados” ou os “trinta anos gloriosos”. Como resposta ao desmantelamento do modelo

⁵ Em face do agravamento das condições sociais ora vivenciadas nunca foi tão atual a frase célebre de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie?”. Apesar de todas as distorções do movimento socialista desde a dissolução da URSS e do fim do regime do sistema do capital pós- capitalista nos países do leste europeu, a possibilidade de instauração do socialismo é real, não apenas pela existência de uma série de condições materiais, mas principalmente, pela necessidade histórico- social que nos coloca diante de duas alternativas: a instauração de uma outra forma de organização social tão universal quanto o capital, alicerçada nas necessidades humanas e no trabalho livremente associado ou o extermínio da humanidade. Mészáros enfatiza que para Marx “[...]uma transformação socialista viável tinha que emergir- e somente poderia emergir- da crise estrutural do sistema do capital global, com sua divisão social do trabalho internacional antagonica e um mercado mundial profundamente problemático.” (2011, p. 705).

Claro que para essa possibilidade ser concretizada é urgente, de acordo com Mészáros (2011), a reorientação do movimento socialista internacional, na perspectiva de um movimento radical organizado da massa proletária.

anterior e a consequente queda das taxas de lucro, o capital, personificado na burguesia monopolista e nos seus representantes políticos, conduziu uma ofensiva, pautada na reestruturação econômica e político- ideológica. Esse processo reestruturador teve como base a *desregulamentação* (tanto dos processos comerciais, como das operações financeiras); a *flexibilização* das relações de trabalho e da produção; e a *privatização* do patrimônio público. Tais medidas foram expressas em um tripé fortemente articulado: a reestruturação produtiva (com a implantação do toyotismo como modelo de organização e gerenciamento da produção), o ideário neoliberal e a financeirização. (NETTO, 2010; NETTO e BRAZ, 2007).

A reestruturação produtiva concretizada pela implantação do toyotismo acarretou profundas mudanças no setor produtivo. Além da exigência de um trabalhador polivalente, capaz de executar inúmeras funções, trouxe a adoção maciça das novas tecnologias, provocando a diminuição do trabalho vivo e o aumento do número de trabalhadores no setor dos serviços (setor parasitário). Essa nova configuração gerou fortes implicações para o conjunto dos trabalhadores, destacando-se a precarização do trabalho e o desemprego em massa, que na conjuntura atual assume um viés estrutural⁶.

No campo político-ideológico o ataque foi conduzido mediante a implantação do ideário neoliberal e sua proposta de reforma do aparelho estatal, que teve como eixo principal as medidas a seguir: a não intervenção do Estado na economia; o corte nos gastos públicos (principalmente nos recursos destinados aos serviços sociais), uma vez que atribuía-se a situação ora vivenciada a uma crise fiscal gerada por gastos excessivos e não a crise de valorização do capital que comprometia a arrecadação e a capacidade do Estado de financiar investimentos públicos; a privatização de bens estatais, repassando para a esfera mercantil a execução e a administração das suas atividades; o combate ao poder dos sindicatos e a adoção

A alternativa societal socialista pressupõe a reorientação da produção e da distribuição tendo como eixo central a problemática da necessidade, do uso e da qualidade. O que está em jogo não é só a expropriação dos expropriadores, e sim o controle consciente global do processo de produção pelos produtores livremente associados. Esse controle possibilitaria o emprego potencialmente criativo do aumento do tempo disponível (derivado do avanço da produtividade) e a superação do tempo excedente ou tempo supérfluo, utilizado pelo capital para atender os seus imperativos expansionistas. A riqueza de produção possibilitada pelo socialismo seria a universalidade das necessidades e potencialidades humanas construídas através do intercâmbio do homem com a natureza. Esta seria a verdadeira finalidade do trabalho. Marx jamais defendeu o retorno as formas anteriores de organização social. Muito pelo contrário. Enfatizou firmemente que o socialismo só seria possível com o alto desenvolvimento das forças produtivas, para evitar o retorno da escassez e a luta pelo necessário. (MÉSZÁROS, 2011; MARX, 2012)

6 Netto e Braz (2007) pontuam que a diminuição da quantidade de trabalhadores no setor produtivo e o consequente aumento do setor de serviços fornecem o suporte fenomênico para a legitimação das teorias do fim do trabalho.

de medidas para desestabilizar o movimento da massa operária; a retomada das taxas de desemprego e o estabelecimento da desigualdade, tido como aspectos positivos para favorecer o dinamismo econômico e retomar as taxas de crescimento.

Apesar de toda a retórica da não intervenção do Estado na economia, há uma necessidade cada vez maior do que Marx, segundo Mészáros (2003), chamava de “ajuda externa”. A dependência do capital em relação à oferta crescente dessa ajuda se torna cada vez mais acentuada com o agravamento da crise estrutural, aproximando o sistema dos seus limites sistêmicos, pois já é possível perceber a incapacidade do Estado em ofertar quantidades astronômicas de recursos financeiros para socorrer as economias em crise.

A crise de valorização do capital e o colapso do padrão de acumulação fordista/keynesiano, aliados à desregulamentação e à liberalização abriram as portas para um regime de acumulação derivado de outro estágio do processo de internacionalização. Essa nova fase de desenvolvimento capitalista, que reflete um estágio particular do imperialismo, foi denominada por Chesnais de mundialização do capital. (CHESNAIS⁷, 1995; 2001; CHESNAIS, 2003 *apud* OLIVEIRA et al. 2007).

A mundialização do capital delineou um modo específico de funcionamento do capitalismo contemporâneo, baseado em uma economia cada vez mais concentrada e centralizada por meio dos oligopólios industriais. Além do mais, a inexistência de qualquer barreira protecionista nacional a expansão do capital forneceu também as condições para a

7 Vale destacar que esse autor se contrapõe veementemente ao discurso ideológico da globalização, que a veicula como um processo unificador e positivo para o crescimento dos países. Chesnais afirma que o verdadeiro conteúdo da globalização consiste na mundialização das operações do capital (tanto no que se refere aos investimentos no setor produtivo como no setor financeiro) e não na mundialização das relações de troca. Para ele “A economia ‘globalizada’ é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais.” (1995, p. 15). O autor expõe que o triunfo do mercado global não foi um processo natural e exigiu a intervenção das instituições políticas dos principais países capitalistas, tendo como ponto de partida a implantação das medidas neoliberais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que proporcionaram ao capital a liberdade necessária para a sua movimentação e expansão a nível mundial. Tais medidas evidenciaram a forte intervenção Estatal no plano econômico e político, demonstrando a falácia de que o mercado se autoregula por meio de uma “mão invisível”.

dominação do capital financeiro⁸, que a partir de então passa a comandar o processo de reprodução do capital em escala ampliada.

O principal fator que possibilitou a financeirização⁹, ou a disponibilidade de grandes quantidades de capital monetário que se valoriza de forma fictícia, foi a superacumulação proveniente do maior crescimento econômico da história ocorrido nos “anos dourados”, conjugada a queda das taxas de lucro dos investimentos no setor produtivo.

O processo reestruturador que inaugurou um novo perfil do capitalismo avançado, também chamado de “tardo capitalismo” (NETTO, 2010), demonstra a verdadeira face do capital que se utiliza de estratégias cada vez mais intensivas para se libertar de qualquer amarra que atrapalhe a sua expansão ilimitada. No entanto, a restauração do capital, ao invés de promover a almejada solução para os seus antagonismos estruturais, intensificou-os drasticamente, potencializando ainda mais os efeitos¹⁰ da crise estrutural.

Mesmo diante de uma crise profunda e endêmica, o capital possui um vasto arsenal voltado para a administração das contradições existentes, como também a capacidade de criar outros instrumentais para a defesa da sua continuidade como modo de produção e reprodução ampliada. Entretanto, a utilização frequente de tal arsenal, diante da sua eficácia decrescente, é uma consequência da crise estrutural que se alastra. (MÉSZÁROS, 2011)

Diante da severidade da crise atual, a lógica expansionista incontrolável do capital gera a produção do desperdício em uma escala crescente, impondo um consumo de produtos não duráveis através da manifestação do que Mézáros (2011) denomina de variante capitalista da taxa de utilização decrescente do valor de uso dos produtos. Essa tendência

8 Com base na teoria do valor de Marx, Chesnais, aborda os dois circuitos de reprodução do capital: um longo e outro curto. O primeiro é gerado no processo de produção de mercadorias no qual dinheiro se transforma em capital, ou seja em mais dinheiro. O segundo, não necessita da mediação da produção, ocorre somente na esfera da circulação. O autor enfatiza que sob a égide do regime de dominância financeira tem prevalecido o circuito encurtado, havendo um deslocamento dos recursos para a esfera financeira em detrimento do setor produtivo, o que pode aumentar a capacidade de realização do capital, embora não aumente a sua valorização. (1996 apud Oliveira et al. 2007)

9 Embora o capital financeiro exerça profundo domínio sobre o atual estágio de acumulação do capital esse setor parasitário continua a depender, como não poderia deixar de ser, da produção de riqueza no setor produtivo de onde extrai uma parte da mais-valia produzida e repassa para o mercado financeiro, onde vai se autovalorizar.

10 Mézáros (2008) alerta que por ter um caráter estrutural a crise ora vivenciada tende a se agravar atingindo não apenas o setor financeiro global, predominantemente parasitário, mas todos os campos sociais, econômicos, culturais e políticos. Pode-se dizer que já é possível perceber alguns desdobramentos desse aprofundamento, através da degradação ambiental, do aumento da violência (que se estende da cidade ao campo), da precarização cada vez maior das condições de trabalho, da miséria absoluta de milhares de pessoas.

manifesta o ideal do capital de aproximar ao máximo a produção e o consumo da taxa zero de uso, desvinculando-se completamente das oscilações da demanda e do consumo real, objetivando promover uma produção sem interrupções e em escala ampliada.

A taxa de utilização decrescente de bens materiais e meios de produção e serviços está, de algum modo, implícita no desenvolvimento da produtividade e é uma tendência da maior proporção de tempo e de recursos materiais utilizados a favor da produção de produtos duráveis. Ela se manifesta na proporção variável que uma dada sociedade depende do seu tempo disponível para a produção de bens reutilizáveis e de consumo rápido, numa proporção que tende a crescer a favor dos primeiros. Nesse sentido, seria coerente que uma quantidade cada vez maior de recursos materiais fosse utilizada para a fabricação de produtos ou bens reutilizáveis, de modo a atender as necessidades básicas de todos. É justamente a maior alocação de tempo na produção desses tipos de bens, processo intrínseco ao avanço produtivo, que torna possível um alto desenvolvimento das forças produtivas, bem como a existência de uma organização social verdadeiramente sustentável, capaz de proporcionar a libertação do homem do trabalho explorado.

O filósofo húngaro fornece uma explicação esclarecedora acerca da peculiaridade da taxa de utilização decrescente inerente ao avanço da produtividade. Ele utiliza o exemplo do processo de desenvolvimento dos instrumentos de produção. Inicialmente, ele aponta que o uso constante dos instrumentos de produção remete a um período histórico muito primitivo, no qual eles desempenhavam o papel de extensão do corpo do produtor. A complexificação das habilidades produtivas e conseqüentemente, dos instrumentos de trabalho, acarretou um grau de diversificação que trouxe importantes mudanças na utilização desse instrumental no intercâmbio do homem com a natureza. Em um estágio mais avançado, essa diversificação dá lugar à fragmentação que se concretiza por meio do caráter específico de cada instrumento. Assim, pode-se dizer que não era possível a utilização constante de todos os instrumentos pelo produtor. Quando ele utilizava um, na aplicação de uma habilidade específica, os outros ficavam sem uso. Isso, porém, não quer dizer que havia a diminuição do tempo de utilidade do instrumento de trabalho. Só significa que ele por algum momento não ia ser utilizado porque existia uma multiplicidade de instrumentais e todos, obviamente, não podiam ser empregados no mesmo momento. Essa subutilização, ou a diminuição da utilização de um produto pela existência de outros da mesma espécie, só que com funções diferentes, nada têm

em comum com a variante capitalista da taxa decrescente de utilização que decorre da necessidade de o capital encontrar formas para manter a sua expansão sem limites.

Sob a manipulação do capital há uma inversão na tendência desse processo de desenvolvimento. Os bens duráveis passam a ser consumidos cada vez mais rápido, sendo lançados ao lixo antes de esgotar a sua vida útil, tudo para aligeirar o ciclo reprodutivo do capital e aumentar a sua rotatividade. Desse modo, a variante capitalista da taxa de utilização decrescente não é de modo algum inseparável do avanço da produtividade, pois algumas condições históricas tiveram que ser efetivadas para tornar possível a sua sujeição aos imperativos do capital. Dentre essas condições estão a separação ou a expropriação dos meios de produção dos produtores e a alienação das condições de sua autoreprodução, ambas essenciais para a consolidação do domínio do capital sobre a classe trabalhadora, além de reunir os elementos necessários para uma produtividade extremamente mais dinâmica, se comparada a de organizações sociais anteriores, por não limitar mais a produção ao consumo dado.

Como é possível perceber, o desenvolvimento da produção ligado à taxa de utilização decrescente apresentou duas faces que se contrapuseram. De um lado, seguiu vinculada a maior proporção de tempo e de recursos materiais empregados para a produção de bens duráveis, mantendo sem problemas a sua ampliação, embora tornasse limitado o seu alcance que se restringia somente a uma parte ínfima da sociedade; do outro, alcançou plenamente o seu objetivo, com a consolidação do progresso produtivo trazido pelo capital, que não só garantiu a supressão das contradições associadas a sua configuração mais limitada, como também tornou as novas manifestações dessa tendência muito problemáticas tanto a curto como a longo prazo, favorecendo a propagação do consumo imediato e a dissipação de grandes quantidades de forças produtivas.

A taxa decrescente de utilização não se manifesta somente na subutilização dos produtos e na redução da sua vida útil como estratégia para acelerar o ciclo de consumo, possibilitando o escoamento da superprodução. Na verdade, ela está presente nas três dimensões fundamentais da produção e do consumo, atingindo também: a esfera dos serviços, por meio do crescente uso daqueles que oferecem um potencial de utilização menor; as fábricas e a maquinaria, cuja subutilização estaria intimamente ligada ao constante emprego de

inovação tecnológica e, por fim, a própria força de trabalho através da diminuição do trabalho vivo, como consequência do incremento tecnológico na produção. Essa redução acarreta o desemprego em massa e a restrição da população consumidora, contradição que, por sua vez, incide sobre a própria funcionalidade do sistema.

Nos seus primórdios, conforme Mészáros (2011) a taxa de utilização decrescente em sua variante capitalista se manifestou através da reabilitação do luxo, conjugada a expansão do círculo de consumo. O movimento do capital, tido “como a contradição viva”, ao tempo que efetiva as suas tendências ao longo da sua dinâmica expansionista produz as suas contratendências, que são respostas e formas de contê-las. Nesse sentido, a taxa decrescente de utilização, tida como uma das leis tendenciais¹¹ mais importantes do capitalismo, assume nos dias atuais uma forma extrema de destruição e perdularidade, embora seja de certa forma equilibrada pela sua contratendência expressa na reconstituição do capital após a periódica destruição das unidades superproduzidas.

A fase atual do capitalismo revolucionou as forças produtivas que alcançaram um alto patamar científico/tecnológico, permitindo a produção de uma vasta quantidade de riqueza antes inimaginável. Contudo, esse alto desenvolvimento, ao invés de fortalecer as possibilidades civilizatórias do capital, esboçadas por Marx no século XIX, esgotou-as drasticamente, voltando todo o seu potencial para a produção destrutiva, como evidencia Mészáros (2003):

Hoje não há sentido em falar de um ‘desenvolvimento geral da produção’ associado à expansão das necessidades humanas. Assim, dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital- e que continua a se impor- seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o ‘aumento do círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois do perverso ponto de vista do ‘processo de realização’ do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais.*” (p. 22)

Essa influência civilizadora tem seu fim decretado quando o capital encontra fortes barreiras para a sua expansão no atendimento das necessidades humanas. Antes de esgotar a sua faze de ascensão, o capital podia se reproduzir expansivamente tendo por base a

¹¹ É importante ressaltar que um dos lados (a tendência ou a contratendência) tende a predominar sobre o outro em determinada fase histórica do desenvolvimento capitalista.

produção de valores de uso voltados para o consumo real. Porém, com o fim desse período histórico, as condições de sua reprodução ampliada foram radicalmente modificadas, por não suportar mais os limites e restrições da demanda flutuante, ativando as suas tendências destrutivas e trazendo com elas um espectro sombrio de incertezas sobre o futuro da humanidade. Essas forças destrutivas, por sua vez, funcionam como alavancas que ampliam a margem de manobra do capital, fornecendo também novas estratégias no combate aos limites ou barreiras que ele encontra.

A total incompatibilidade do capital com a presença de limites gera uma linha de desenvolvimento baseada em uma produção para o consumo destrutivo. Várias formas de produção perdulária e de dissipação de recursos (a subutilização, a obsolescência planejada) foram e continuam sendo experimentadas, visando deslocar as contradições do sistema e superar qualquer limitação aos objetivos de autoreprodução do capital. No entanto, com o passar do tempo, essas estratégias não se mostraram capazes de atender totalmente aos imperativos irrestringíveis do sistema do capital, exigindo a prática de uma forma extrema de desperdício baseada na produção da destruição que consome e descarta imensas quantidades de recursos materiais.

O que torna possível essa mudança, nos moldes da estrutura produtiva existente, segundo Mészáros (2011) é a equivalência entre consumo e destruição do ponto de vista da realização capitalista. A subordinação do valor de uso a valor de troca faz com que não haja diferença alguma em que um produto atinja o seu patamar máximo de utilização ou que ele nunca seja usado, pois na lógica do capital, o critério de utilidade está subjugado ao princípio da vendabilidade. Isso quer dizer que mesmo que um produto nunca seja utilizado, o que realmente importa para o capital é que o seu valor de troca foi realizado.

Nessa perspectiva, o que irá determinar a prevalência do consumo normal ou do consumo para a destruição é a maior adaptação de um ou de outro para satisfazer as necessidades globais de expansão do capital sob condições diversas. Mészáros (2011) explica que mesmo nas situações mais delicadas, encontra-se uma combinação dos dois casos. Todavia, é possível perceber uma tendência cada vez mais acentuada em benefício do pseudoconsumo, ao longo do século XX, nos países ocidentais emergentes.

Atualmente, o capital segue, nesse e em muitos aspectos, o que Mészáros classifica como sendo a sua linha de menor resistência¹². Isso significa que se o capital encontra uma forma equivalente que atenda aos seus requisitos de autoreprodução ele não irá optar por um curso alternativo que não corresponde as suas determinações materiais. Ou seja, ele vai preferir a opção que melhor se adéque a seus parâmetros estruturais, procurando manter o seu controle sob a totalidade social.

O fim da fase de ascendência histórica do capital, a qual Mészáros define como marco cronológico a erupção da crise estrutural, trouxe a tona limites sistêmicos que o capital não consegue mais superar. Com essa crise, o movimento do capital em busca da expansão e da acumulação é bloqueado, tornando impossível o deslocamento dos antagonismos internos do sistema, o que por sua vez, acarreta que toda a incontornabilidade desse metabolismo social seja ativada e os efeitos da sua expansão anterior sejam potencializados.

Com base em tudo que foi exposto nas investigações empreendidas ao longo desse artigo, concluímos que a única alternativa para conter os imperativos e as consequências destrutivas do capital sobre a sociedade, é a instauração de uma forma superior de sociabilidade humana. Não há nenhuma possibilidade de por fim ou, na melhor das hipóteses, pelo menos administrar a crise e toda lógica destrutiva dela decorrente pela via do reformismo, uma vez que, conforme expressam Marx e Mészáros, o capital é irreformável, incorrigível.

Por esse motivo, defendemos a organização de um movimento radical e internacional da massa proletária. O atual momento histórico não só exige essa luta social, sob pena do extermínio da humanidade, como também fornece as condições históricas de sua realização.

Referências

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 1-30, dez.1995.

12 No período pós-guerra, a linha de menor resistência do capital foi reconfigurada, não tendo mais nenhuma ligação com a expansão da circulação e com a produção de valores de uso voltados para a satisfação das necessidades humanas, por não atender mais aos imperativos da acumulação ampliada. Essa reconfiguração se expressa por meio do complexo industrial militar que atua fortemente no deslocamento das contradições subjacentes.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5. p. 7- 28, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Palestra proferida em Londres, 2008. Disponível em: <[http://www.meszaros.comoj.com /?q=taxonomy/term/103/all](http://www.meszaros.comoj.com/?q=taxonomy/term/103/all)>. Acesso em: 19/02/2013.

_____. **A crise estrutural do capital**. Texto escrito para a edição em farsi de *Para além do capital*, publicada por exilados iranianos, 1998. Disponível em: <<http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/31>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial, 2003.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira. Mundialização e capital financeiro: a perspectiva de François Chesnais. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2, 2005, Maranhão. **Anais eletrônicos...**Maranhão: UFMA, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Cristiano_Vieira_Montenegro253.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, 3, 2010, Serpa. **Anais eletrônicos...** Serpa, 2010. P. 1- 41.Comunicação. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 2^a.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)